

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO</b> .....	1
1.1 Noções gerais.....	1
1.2 Conceito.....	2
1.3 Codificação.....	3
1.4 Fontes.....	4
1.4.1 Lei.....	4
1.4.2 Jurisprudência.....	5
1.4.3 Doutrina.....	5
1.4.4 Costume.....	5
1.5 Sistemas administrativos.....	6
1.5.1 Sistema Administrativo Brasileiro.....	8
1.6 Regime jurídico-administrativo.....	9
1.7 Exercícios de fixação.....	10
Gabarito.....	13
<b>CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	15
2.1 Noções de Estado.....	15
2.2 Poderes do Estado.....	17
2.3 Noções de governo.....	18
2.4 Administração Pública.....	19
2.4.1 Princípios da Administração Pública.....	21
2.4.1.1 Princípios expressos na CF/88.....	22
2.4.1.2 Princípios reconhecidos.....	36
2.4.2 Organização administrativa.....	50
2.4.2.1 Pessoas políticas e entidades administrativas.....	50
2.4.2.2 Centralização e descentralização.....	51

2.4.2.3 Desconcentração administrativa.....	54
2.4.3 Administração direta.....	54
2.4.4 Administração indireta.....	55
2.4.4.1 Regime jurídico.....	57
2.4.4.2 Autarquia.....	59
2.4.4.3 Fundações públicas.....	80
2.4.4.4 Empresas estatais.....	88
2.5 Exercícios de fixação.....	102
Gabarito.....	113
<b>CAPÍTULO 3 – AS ENTIDADES PARAESTATAIS.....</b>	<b>115</b>
3.1 Introdução.....	115
3.2 Serviços sociais autônomos.....	116
3.3 Organizações sociais.....	118
3.4 Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).....	121
3.5 Traços distintivos entre as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).....	124
3.6 Exercícios de fixação.....	125
Gabarito.....	127
<b>CAPÍTULO 4 – ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS.....</b>	<b>129</b>
4.1 Órgãos públicos.....	129
4.2 Criação e extinção.....	132
4.3 Capacidade para estar em juízo.....	132
4.4 Classificação dos órgãos públicos.....	134
4.4.1 Quanto à posição hierárquica (órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos)...	134
4.4.2 Quanto à estrutura (órgãos simples e compostos).....	135
4.4.3 Quanto à atuação funcional (órgãos singulares e colegiados).....	136
4.5 Agentes públicos.....	136
4.5.1 Agentes políticos.....	137
4.5.2 Servidores públicos.....	139
4.5.2.1 Servidores estatutários.....	140

4.5.2.2	Empregados públicos.....	140
4.5.2.3	Servidores temporários.....	141
4.5.2.4	Militares.....	142
4.5.3	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	143
4.5.3.1	Agentes delegados.....	144
4.5.3.2	Agentes honoríficos.....	145
4.5.3.3	Agentes credenciados.....	145
4.6	Terceirização.....	145
4.7	Exercícios de fixação.....	149
	Gabarito.....	153

## **CAPÍTULO 5 – PODERES DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS..... 155**

5.1	Introdução.....	155
5.2	Abuso de poder.....	156
5.2.1	Excesso de poder.....	157
5.2.2	Desvio de finalidade.....	157
5.3	Poderes administrativos em espécie.....	158
5.3.1	Poder vinculado.....	159
5.3.2	Poder discricionário.....	160
5.3.3	Poder hierárquico.....	162
5.3.4	Poder disciplinar.....	164
5.3.5	Poder regulamentar.....	168
5.3.5.1	Decreto autônomo.....	170
5.3.6	Poder de polícia.....	171
5.3.6.1	Distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária.....	173
5.3.6.2	Delegação dos atos de polícia.....	175
5.3.6.3	Atributos do poder de polícia.....	176
5.4	Exercícios de fixação.....	179
	Gabarito.....	185

## **CAPÍTULO 6 – ATO ADMINISTRATIVO..... 187**

6.1	Introdução.....	187
6.2	Conceito.....	188
6.3	Requisitos dos atos administrativos.....	190

6.3.1 Competência .....	190
6.3.2 Finalidade .....	194
6.3.3 Forma .....	195
6.3.4 Motivo .....	197
6.3.4.1 Distinção entre motivo e motivação.....	198
6.3.4.2 Teoria dos motivos determinantes.....	200
6.3.5 Objeto .....	202
6.4 Mérito do ato administrativo .....	203
6.5 Atributos do ato administrativo.....	207
6.5.1 Presunção de legitimidade .....	207
6.5.2 Imperatividade .....	208
6.5.3 Autoexecutoriedade.....	209
6.5.4 Tipicidade .....	210
6.6 Classificação dos atos administrativos .....	211
6.6.1 Quanto aos destinatários (atos individuais e gerais).....	211
6.6.2 Quanto ao alcance (atos internos e externos)....	213
6.6.3 Quanto ao seu regramento (atos vinculados e discricionários).....	214
6.6.4 Quanto à formação (atos simples, complexos e compostos) .....	215
6.6.5 Quanto ao seu objeto (atos de império, de gestão e de expediente) .....	217
6.6.6 Quanto aos efeitos (atos constitutivos, extintivos, modificativos, declaratórios e enunciativos).....	218
6.6.7 Quanto à eficácia (atos válidos, nulos, anuláveis e inexistentes).....	220
6.6.8 Quanto à exequibilidade (atos perfeitos, imper- feitos, pendentes e consumados) .....	221
6.7 Espécies de atos administrativos.....	223
6.7.1 Atos normativos.....	223
6.7.2 Atos ordinatórios.....	225
6.7.3 Atos negociais .....	226
6.8 Extinção dos atos administrativos.....	227
6.8.1 Anulação .....	228
6.8.1.1 Competência para anular .....	229
6.8.1.2 Efeitos da anulação .....	230

6.8.2 Revogação.....	232
6.8.2.1 Competência para revogar.....	235
6.8.2.2 Efeitos da revogação.....	236
6.8.3 Cassação.....	236
6.9 Convalidação.....	237
6.9.1 Convalidação tácita.....	238
6.10 Exercícios de fixação.....	240
Gabarito.....	252
<b>CAPÍTULO 7 – SERVIDORES PÚBLICOS.....</b>	<b>253</b>
7.1 Regime constitucional dos servidores públicos.....	253
7.1.1 Acessibilidade a funções, cargos e empregos públicos.....	253
7.1.2 O concurso público.....	255
7.1.3 Exceções à obrigatoriedade do concurso público.....	258
7.1.4 Prazo de validade do concurso.....	258
7.1.4.1 Direito subjetivo à nomeação.....	259
7.1.5 Pessoas portadores de deficiências – reserva de vagas.....	262
7.1.6 Contratação temporária.....	263
7.1.7 Cargos em comissão e funções de confiança.....	265
7.1.8 Liberdade de associação sindical.....	268
7.1.9 Direito de greve dos servidores públicos.....	268
7.1.10 A remuneração dos agentes públicos.....	271
7.1.11 Proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	279
7.1.12 Regras relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos.....	285
7.1.13 Estabilidade.....	287
7.1.14 Estágio probatório.....	292
7.1.15 Regime previdenciário do servidor público.....	295
7.1.15.1 Aposentadoria.....	296
7.1.15.2 Pensão por morte.....	308
7.2 Regime legal dos servidores públicos federais.....	311
7.2.1 Cargos e funções públicas.....	313
7.2.2 Provedimento.....	314

7.2.2.1 Nomeação .....	315
7.2.2.2 Promoção.....	315
7.2.2.3 Readaptação.....	317
7.2.2.4 Reversão.....	317
7.2.2.5 Aproveitamento .....	318
7.2.2.6 Reintegração.....	319
7.2.2.7 Recondução .....	319
7.2.3 Posse.....	320
7.2.4 Exercício .....	321
7.2.5 Estágio probatório .....	323
7.2.6 Desligamento do cargo público .....	325
7.2.7 Vacância .....	326
7.2.8 Remoção.....	327
7.2.9 Redistribuição .....	327
7.2.10 Substituição.....	328
7.2.11 Direitos e vantagens dos servidores .....	329
7.2.11.1 Vencimento e remuneração .....	329
7.2.11.2 Indenizações .....	331
7.2.11.3 Retribuições, gratificações e adicionais .....	335
7.2.12 Férias.....	339
7.2.13 Licenças .....	341
7.2.13.1 Licença por motivo de doença em pessoa da família.....	341
7.2.13.2 Licença por motivo de afastamento do cônjuge .....	342
7.2.13.3 Licença para o serviço militar .....	343
7.2.13.4 Licença para atividade política .....	343
7.2.13.5 Licença para capacitação.....	344
7.2.13.6 Licença para tratar de interesses particulares .....	345
7.2.13.7 Licença para o desempenho de mandato classista .....	346
7.2.14 Afastamentos.....	346
7.2.14.1 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade .....	346
7.2.14.2 Afastamento para exercício de mandato eletivo .....	347

7.2.14.3 Afastamento para estudo ou missão no exterior .....	348
7.2.14.4 Afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país.....	348
7.2.15 Concessões.....	349
7.2.16 Horário especial para servidor estudante ou portador de deficiência.....	350
7.2.17 Regime disciplinar .....	351
7.2.17.1 Deveres .....	351
7.2.17.2 Proibições.....	352
7.2.17.3 Responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor.....	353
7.2.17.4 Penalidades.....	355
7.2.17.5 Processos de natureza disciplinar .....	360
7.2.17.6 Revisão do processo .....	371
7.2.18 Benefícios do servidor.....	372
7.2.18.1 Auxílio-natalidade.....	372
7.2.18.2 Salário-família.....	372
7.2.18.3 Licença para tratamento de saúde .....	373
7.2.18.4 Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade .....	374
7.2.18.5 Licença por acidente em serviço .....	375
7.2.18.6 Auxílio-funeral .....	375
7.2.18.7 Auxílio-reclusão .....	376
7.3 Exercícios de fixação.....	376
Gabarito.....	396

<b>CAPÍTULO 8 – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO .....</b>	<b>397</b>
8.1 Introdução e conceito.....	397
8.2 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva .....	398
8.3 Evolução histórica da responsabilidade civil do Estado .....	400
8.3.1 Teoria da irresponsabilidade.....	400
8.3.2 Teoria da responsabilidade com culpa .....	401
8.3.3 Teoria da culpa administrativa.....	402

8.3.4 Teoria da responsabilidade objetiva .....	404
8.3.4.1 A teoria do risco administrativo como fundamento para a responsabilidade objetiva do estado.....	405
8.4 A responsabilidade civil extracontratual do Estado no direito brasileiro.....	407
8.4.1 Requisitos da responsabilidade objetiva do Estado.....	412
8.4.2 Hipóteses que excluem a responsabilidade estatal.....	414
8.4.2.1 Força maior e caso fortuito.....	414
8.4.2.2 Culpa da vítima.....	416
8.4.2.3 Ato de terceiro .....	418
8.4.3 A responsabilidade civil do Estado nos casos de omissão.....	419
8.4.4 Responsabilidade primária e subsidiária.....	421
8.4.5 Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos .....	423
8.4.6 Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais .....	424
8.4.7 A reparação do dano.....	426
8.4.7.1 Prescrição.....	427
8.4.8 Responsabilidade do agente público: direito de regresso .....	429
8.5 Exercícios de fixação .....	432
Gabarito .....	437

## **CAPÍTULO 9 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....** 439

9.1 Introdução e conceito.....	439
9.2 Espécies de controle.....	440
9.2.1 Quanto à origem (controle interno e externo).....	440
9.2.2 Quanto ao momento de exercício (controle prévio, concomitante e posterior).....	441
9.2.3 Quanto ao objeto (controle de legalidade e controle de mérito) .....	442
9.2.4 Quanto à amplitude (controle hierárquico e finalístico).....	443
9.3 Controle administrativo.....	444



9.3.1 Instrumentos de controle administrativo .....	445
9.3.1.1 Direito de petição .....	446
9.3.1.2 Recursos administrativos.....	447
9.3.2 Prazos extintivos.....	456
9.3.2.1 Prazos extintivos para os administra- dos.....	457
9.3.2.2 Prazos extintivos para a Administração .....	458
9.3.3 Irretratibilidade administrativa (coisa julgada administrativa).....	460
9.4 Controle legislativo.....	461
9.4.1 Controles político e financeiro .....	461
9.4.2 Hipóteses de controle político .....	462
9.4.2.1 Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....	464
9.4.3 Hipóteses de controle financeiro .....	466
9.5 Controle jurisdicional.....	467
9.5.1 <i>Habeas corpus</i> .....	470
9.5.1.1 Espécies .....	470
9.5.1.2 Legitimidade ativa e passiva .....	471
9.5.1.3 Punições disciplinares militares.....	472
9.5.2 <i>Habeas data</i> .....	472
9.5.2.1 Legitimidade ativa e passiva .....	473
9.5.2.2 Procedimento.....	474
9.5.2.3 Competência .....	475
9.5.3 Mandado de segurança.....	475
9.5.3.1 Direito líquido e certo.....	477
9.5.3.2 Legitimidade ativa e passiva .....	478
9.5.3.3 Procedimento.....	479
9.5.3.4 Mandado de segurança coletivo .....	480
9.5.4 Mandado de injunção .....	482
9.5.4.1 Legitimidade ativa e passiva .....	483
9.5.4.2 Evolução jurisprudencial .....	484
9.5.5 Ação popular.....	487
9.5.5.1 Legitimidade ativa e passiva .....	488
9.5.5.2 Competência .....	489
9.5.6 Ação civil pública.....	490
9.5.6.1 Legitimidade ativa e passiva .....	492

9.5.7 Ação de improbidade administrativa .....	493
9.5.7.1 Agentes políticos .....	495
9.5.7.2 Atos de improbidade.....	496
9.5.7.3 Procedimento.....	500
9.6 Exercícios de fixação.....	504
Gabarito .....	509
<b>CAPÍTULO 10 – LICITAÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>511</b>
10.1 Introdução .....	511
10.2 Conceito.....	511
10.3 Natureza jurídica .....	512
10.4 A licitação no ordenamento jurídico brasileiro .....	513
10.5 Destinatários do Estatuto de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93).....	514
10.6 Princípios da licitação .....	516
10.6.1 Princípios básicos.....	516
10.6.1.1 Princípio da legalidade.....	516
10.6.1.2 Princípio da impessoalidade .....	517
10.6.1.3 Princípio da igualdade.....	517
10.6.1.4 Princípios da moralidade e probidade administrativa .....	519
10.6.1.5 Princípio da publicidade.....	520
10.6.1.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	521
10.6.1.7 Princípio do julgamento objetivo.....	522
10.6.2 Princípios correlatos.....	523
10.6.2.1 Princípio do sigilo das propostas.....	523
10.6.2.2 Princípio do formalismo.....	524
10.6.2.3 Princípio da competitividade.....	524
10.7 Obrigatoriedade da licitação.....	525
10.8 Exceções à obrigatoriedade de licitação .....	526
10.8.1 Inexigibilidade de licitação.....	526
10.8.1.1 Fornecedor exclusivo.....	526
10.8.1.2 Serviços técnicos de natureza singular .....	527
10.8.1.3 Profissionais do setor artístico.....	530
10.8.2 Dispensa de licitação .....	531

10.9 Modalidades de licitação.....	540
10.9.1 Concorrência.....	541
10.9.2 Tomada de preços.....	543
10.9.2.1 Registros cadastrais.....	544
10.9.3 Convite.....	544
10.9.4 Concurso.....	546
10.9.5 Leilão.....	547
10.10 Tipos de licitação.....	549
10.11 Fases do procedimento licitatório (Lei n.º 8.666/93) ...	551
10.11.1 A direção do processo.....	551
10.11.2 Audiência pública.....	552
10.11.3 Instrumento convocatório.....	553
10.11.4 Habilitação dos licitantes.....	555
10.11.4.1 Habilitação jurídica.....	556
10.11.4.2 Qualificação técnica.....	556
10.11.4.3 Qualificação econômico-financieira.....	556
10.11.4.4 Regularidade fiscal.....	557
10.11.4.5 Regularidade trabalhista.....	557
10.11.5 Procedimento relativo à fase de habilitação.....	558
10.11.6 Julgamento das propostas.....	560
10.11.7 Homologação.....	562
10.11.8 Adjudicação.....	563
10.12 Extinção da licitação.....	564
10.12.1 Anulação.....	564
10.12.2 Revogação.....	565
10.13 Recursos administrativos.....	568
10.14 Tipos penais relacionados à licitação.....	569
10.15 Modalidades de licitação não previstas na Lei n.º 8.666/93.....	570
10.15.1 Pregão.....	570
10.15.1.1 Aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 ao pregão.....	572
10.15.1.2 Procedimento do pregão.....	572
10.15.1.3 Pregão eletrônico.....	577
10.15.2 Consulta.....	578

10.16 Registro de preços.....	579
10.17 Licitações diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte.....	580
10.18 Licitação de serviços de publicidade.....	583
10.19 Exercícios de fixação.....	586
Gabarito.....	597
<b>CAPÍTULO 11 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>599</b>
11.1 Introdução.....	599
11.2 Contratos da Administração Pública.....	601
11.2.1 Contrato privado da Administração.....	601
11.2.2 Contrato administrativo.....	602
11.3 Os contratos administrativos no ordenamento jurídico brasileiro.....	604
11.4 Características dos contratos administrativos.....	605
11.4.1 Supremacia da Administração Pública.....	605
11.4.2 Formalismo.....	605
11.4.3 Natureza de contrato de adesão.....	607
11.4.4 Pessoaalidade ( <i>intuitu personae</i> ).....	607
11.4.5 Presença de cláusulas exorbitantes.....	608
11.4.5.1 Alteração unilateral de contrato.....	609
11.4.5.2 Equação econômico-financeira do contrato administrativo.....	610
11.4.5.3 Rescisão unilateral do contrato.....	612
11.4.5.4 Fiscalização.....	613
11.4.5.5 Aplicação direta de penalidades.....	613
11.4.5.6 Ocupação temporária.....	615
11.4.5.7 Restrições à cláusula da exceção do contrato não cumprido.....	615
11.4.5.8 Exigência de garantia.....	617
11.5 Duração dos contratos administrativos.....	619
11.6 Inexecução do contrato.....	620
11.6.1 Inexecução culposa.....	621
11.6.1.1 Inexecução por culpa do contratado... 11.6.1.2 Inexecução por culpa da Administra- ção.....	621
	623

11.6.2 Inexecução sem culpa.....	624
11.6.2.1 Teoria da imprevisão.....	625
11.6.2.2 Força maior e caso fortuito.....	626
11.6.2.3 Fato do príncipe.....	628
11.6.2.4 Fato da Administração.....	629
11.7 Extinção do contrato.....	630
11.7.1 Adimplemento do objeto.....	630
11.7.2 Término do prazo.....	631
11.7.3 Anulação.....	631
11.7.4 Rescisão.....	632
11.7.4.1 Rescisão consensual.....	633
11.7.4.2 Rescisão administrativa.....	633
11.7.4.3 Rescisão judicial.....	634
11.8 Responsabilidade pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	635
11.9 Convênios administrativos.....	639
11.10 Exercícios de fixação.....	640
Gabarito.....	649
<b>CAPÍTULO 12 – SERVIÇOS PÚBLICOS.....</b>	<b>651</b>
12.1 Introdução.....	651
12.2 Conceito.....	652
12.3 Princípios.....	652
12.3.1 Princípio da generalidade.....	653
12.3.2 Princípio da continuidade.....	653
12.3.3 Princípio da modicidade.....	656
12.3.4 Princípio da eficiência.....	657
12.3.5 Princípio da mutabilidade do regime jurídico.....	658
12.4 Classificação dos serviços públicos.....	659
12.4.1 Quanto à possibilidade de transferência (serviços delegáveis e indelegáveis).....	659
12.4.2 Quanto à essencialidade (serviços essenciais e não essenciais).....	660
12.4.3 Quanto aos destinatários (serviços gerais e individuais).....	660

12.4.4 Quanto à fruição (serviços administrativos e de utilidade pública).....	661
12.4.5 Quanto à obrigatoriedade (serviços compulsórios e facultativos).....	661
12.5 Competência para a prestação de serviços públicos	662
12.5.1 Serviços de competência da União.....	663
12.5.2 Serviços de competência dos Municípios.....	663
12.5.3 Serviços de competência dos Estados.....	664
12.5.4 Serviços de competência do Distrito Federal...	665
12.6 Remuneração dos serviços públicos.....	665
12.7 Direitos e deveres dos usuários.....	666
12.8 Execução do serviço público.....	668
12.8.1 Execução direta.....	669
12.8.2 Execução indireta.....	669
12.8.3 Delegação de serviços públicos.....	671
12.8.3.1 Concessão de serviços públicos.....	672
12.8.3.2 Permissão de serviço público.....	690
12.8.3.3 Autorização de serviço público.....	693
12.9 Parcerias público-privadas (concessões especiais) ...	694
12.9.1 Introdução e conceito.....	694
12.9.2 Modalidades.....	695
12.9.2.1 Concessão patrocinada.....	696
12.9.2.2 Concessão administrativa.....	697
12.9.3 Diretrizes aplicáveis às parcerias público-privadas.....	698
12.9.4 Sociedade de propósito específico.....	698
12.10 Exercícios de fixação.....	699
Gabarito.....	705
<b>CAPÍTULO 13 – BENS PÚBLICOS.....</b>	<b>707</b>
13.1 Introdução.....	707
13.2 Domínio público e domínio eminente.....	707
13.3 Conceito.....	708
13.4 Classificação.....	709
13.4.1 Quanto à titularidade.....	709

13.4.2 Quanto à destinação.....	711
13.4.2.1 Bens de uso comum do povo.....	711
13.4.2.2 Bens de uso especial.....	712
13.4.2.3 Bens dominicais.....	713
13.5 Afetação e desafetação.....	713
13.6 Regime jurídico dos bens públicos.....	715
13.6.1 Inalienabilidade.....	715
13.6.2 Impenhorabilidade.....	716
13.6.3 Imprescritibilidade.....	717
13.6.4 Não onerabilidade.....	718
13.7 Principais bens públicos.....	719
13.7.1 Terras devolutas.....	719
13.7.2 Plataforma continental.....	720
13.7.3 Terrenos de marinha.....	721
13.7.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	721
13.7.5 Faixa de fronteira.....	722
13.7.6 Ilhas.....	723
13.8 Uso dos bens públicos por particulares.....	724
13.8.1 Uso comum.....	725
13.8.2 Uso privativo.....	726
13.8.2.1 Autorização de uso.....	727
13.8.2.2 Permissão de uso.....	728
13.8.2.3 Cessão de uso.....	730
13.8.2.4 Concessão de uso.....	731
13.8.2.5 Concessão de direito real de uso.....	732
13.8.2.6 Concessão de uso especial para fins de moradia.....	734
13.9 Exercícios de fixação.....	736
Gabarito.....	739
<b>CAPÍTULO 14 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....</b>	<b>741</b>
14.1 Introdução.....	741
14.2 Fundamentos da intervenção do Estado na propriedade.....	742

14.3 Modalidades de intervenção.....	745
14.3.1 Modalidades de intervenção restritiva.....	746
14.3.1.1 Servidão administrativa.....	746
14.3.1.2 Requisição administrativa.....	749
14.3.1.3 Ocupação temporária .....	751
14.3.1.4 Limitações administrativas.....	753
14.3.1.5 Tombamento.....	756
14.4 Desapropriação.....	761
14.4.1 Conceito .....	762
14.4.2 Aquisição originária de propriedade.....	762
14.4.3 Natureza jurídica.....	764
14.4.4 Pressupostos constitucionais .....	764
14.4.5 Objeto.....	767
14.4.5.1 Bens públicos.....	768
14.4.5.2 Bens das entidades da Administração Indireta .....	769
14.4.6 Competências.....	771
14.4.7 Destinatários dos bens desapropriados.....	773
14.4.8 O procedimento expropriatório e suas fases	773
14.4.9 Ação de desapropriação.....	775
14.4.9.1 Intervenção do Ministério Público...	776
14.4.9.2 Contestação.....	777
14.4.9.3 Imissão provisória na posse.....	777
14.4.9.4 Prova pericial.....	779
14.4.9.5 Sentença .....	780
14.4.10 Juros moratórios e compensatórios.....	781
14.4.11 Desapropriações em espécie .....	785
14.4.11.1 Desapropriação genérica.....	785
14.4.11.2 Desapropriação para fins de reforma agrária .....	787
14.4.11.3 Desapropriação urbanística.....	792
14.4.11.4 Desapropriação confiscatória.....	794
14.4.11.5 Desapropriação quilombola.....	795
14.4.12 Institutos afins à desapropriação .....	797
14.4.12.1 Desapropriação indireta.....	797





14.4.12.2 Direito de extensão .....	800
14.4.12.3 Tredestinação.....	800
14.4.12.4 Retrocessão .....	801
14.5 Intervenção do Estado no domínio econômico .....	802
14.5.1 Introdução .....	802
14.5.2 Meios de intervenção.....	805
14.5.2.1 Monopólio.....	805
14.5.2.2 Repressão ao abuso do poder econômico .....	806
14.5.2.3 Controle de abastecimento .....	807
14.5.2.4 Controle de preços.....	808
14.5.2.5 Criação de empresas estatais.....	808
14.6 Exercícios de fixação .....	809
Gabarito .....	814
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>815</b>